

---

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS  
Curitiba-PR - Brasil

---

SUSTENTABILIDADE OU QUESTÃO AMBIENTAL? EM DEFESA DA INTELIGIBILIDADE DO  
'CAMPO'

**Nilo Coradini de Freitas** (UFRGS) - nilocoradini@hotmail.com  
*mestrando em Estudos Organizacionais*

**Fábio Bittencourt Meira** (UFRGS) - fabio.meira@ufrgs.br  
*Professor*

## 1. Introdução

As chamadas ciências administrativas em geral e os Estudos Organizacionais, em particular, são afetados pelas questões ambientais de diversas formas. Nos currículos escolares têm presença obrigatória, nas práticas organizacionais estão legal e normativamente institucionalizadas (OLIVEIRA, OLIVEIRA e COSTA, 2010; TEODÓSIO *et al.*, 2008). Ainda assim, estas questões estão embebidas de vieses e cosmovisões que não se deixam perceber à primeira vista. Também o Antropoceno representa, ao menos, um posicionamento desta natureza. Mas, por que discutir Estudos Organizacionais no Antropoceno? O que isto significa? O que está em jogo? O que está implicado nos termos utilizados para designar a problemática ambiental? Por que discuti-los na chave do Desenvolvimento Sustentável ou do Decrescimento? Considera-se que este trabalho pode contribuir na resposta destas questões.

O presente artigo é um trabalho em construção que problematiza a proposição desenvolvida por Nascimento (2012a, 2012b) a respeito da formação de um campo de disputa em torno do Desenvolvimento Sustentável (DS). Este campo, conforme o autor, constitui-se com múltiplos discursos, de modo que o domínio da polissemia é a sua expressão maior. É urgente, portanto, explorar as diferentes posições discursivas que caracterizam este campo, o que Nascimento (2012a, 2012b) realiza de maneira incompleta. Aqui a proposta é avançar esta análise a ponto de fornecer um quadro do interdiscurso do campo: agentes enunciativos e suas plataformas, argumentações de legitimação e suportes institucionais. Entender o debate em torno da sustentabilidade como um campo de disputa, diz Nascimento (2012a, p. 416), possibilita identificar as regras e lógicas dos debates, “seus agentes ou atores, assim como os recursos que eles detêm e em particular entender o que isso significa”. A presente análise busca avançar, de modo a incluir os discursos em torno do Antropoceno e, a partir da própria configuração do campo, reconhecer a inadequação em representá-lo por signos do campo semântico da “sustentabilidade”.

O texto está organizado em quatro seções, além desta introdução. O item dois discute o campo da sustentabilidade a partir da proposta de Nascimento (2012). O item três apresenta a configuração do campo a partir do olhar dos autores, com base em documentos institucionais e artigos e busca incluir os novos discursos do campo em questão. O item quatro apresenta uma apreciação do discurso do Antropoceno de forma a situá-lo no campo. Por fim, tece-se comentários acerca do Antropoceno e suas implicações para os Estudos Organizacionais.

## 2. A proposta do “campo da sustentabilidade”

Nascimento (2012) explora a hipótese de existência de um “campo da sustentabilidade”<sup>1</sup>. Não um campo propriamente novo, mas emergente e concomitante ao campo científico, – dadas as estreitas relações com as ciências sociais – político, econômico, empresarial e jornalístico.

Pensar a partir da noção bourdieuana de campo possibilita identificar regras e lógicas dos debates travados entre as partes, comparar diferentes embates e entender melhor por que estes ocorrem de determinada forma. O campo é um jogo no qual as próprias regras estão em jogo, é necessário entendê-las e obedecê-las (BOURDIEU, 2014). Para Bourdieu (2008), regras são “campos de forças” cujas necessidades impõem-se aos agentes, ao mesmo tempo que “campos de lutas”, onde os agentes se enfrentam na tentativa de manter ou alterar suas posições. A própria estrutura entra assim no jogo, conforme as diferentes relações de força e estratégias assumidas.

Conforme Nascimento (2012a), os habitantes de um campo podem ser pessoas, grupos de pessoas, organizações ou instituições e o testemunho de sua presença no campo vem da capacidade

---

1 Campo é aqui entendido, conforme Bourdieu e Wacquant (1992), como um segmento social com características sistêmicas, uma configuração de relações objetivas entre posições.

de exercer efeitos sobre ele. Aos habitantes correspondem determinadas quantidades de capitais específicos que permitem ocupar determinadas posições e lutar para conservar ou transformar o custo de mudança dentre diferentes formas de capital (BOURDIEU, 2008). A posse dessas diferentes formas comanda o acesso aos benefícios específicos que estão em jogo no campo, bem como as relações objetivas relativas a outras posições – de dominação, subordinação etc. (BOURDIEU; WACQUANT, 1992). O que é específico ao chamado campo da sustentabilidade? Nascimento (2012) sustenta que não se trata da circulação de saberes disciplinares, mas de um campo interdisciplinar, no qual navegam diversos saberes e práticas, além de diferentes profissionais da ciência e outros agentes, tais como “índios, quilombolas, ribeirinhos, pequenos agricultores, catadores de papel, trabalhadores fabris, educadores, empresários, jornalistas, além de militantes de diversos movimentos” (NASCIMENTO, 2012, p. 423).

O que une esta diversidade seria a referência a dois polos mais relevantes do campo: “a ideia de que a humanidade está ameaçada e as proposições e medidas que estão desenhadas para superar sua ameaça” (NASCIMENTO, 2012, p.423). Ainda que a crença em ameaças à humanidade já existisse anteriormente, hoje a possibilidade de sua extinção é mais difusa e generalizada, o que conferiria especificidade ao campo da sustentabilidade. Por isso, a regra de ingresso seria a crença nesta nova ameaça, que remete a eventos relativamente recentes, “grandes iniciativas governamentais, como a Conferência de Estocolmo em 1972, a Cúpula do Mundo em 1992 [...] a criação do PNUMA<sup>2</sup> [...] entre outras” (NASCIMENTO, 2012, p. 427). Assim, delineiam-se as “fronteiras” do campo da sustentabilidade tanto pela ameaça descrita em um gradiente entre o radical e o moderado, quanto pelas soluções postuladas para enfrentá-la.

Mas, esta diversidade é também unida por um campo discursivo no qual diferentes agentes expõem diferentes manifestações buscando trazer legitimidade às suas posições, havendo uma relação de poderes de enunciação. Sustenta-se aqui já haver uma interdiscursividade suficientemente intensa para produzir o campo. Postula-se a afirmação do primado do interdiscurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) como posituação da existência do campo.

A afirmação do primado do interdiscurso exclui que se coloquem em contraste formações discursivas consideradas independentemente umas das outras. A identidade de um discurso é indissociável de sua emergência e (de) sua manutenção através do discurso (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 287).

Ora, às interações entre as diferentes posições no campo correspondem estratégias de sucessão ou subversão, isto é, a busca em manter posições hegemônicas ou não, ou alterá-las. A seguir, certas evidências desta luta de posições são identificadas por meio de um cotejo com os artigos de Nascimento (2012a, 2012b), apontando concordâncias e diferenças.

### 3. O “campo da sustentabilidade” em questão

Movimentos sociais efervesceram ao redor do mundo durante a década de 1960. Mudanças de diferentes ordens eclodiram em manifestações, muitas entraram em choque com as autoridades dos mais diversos países – o Massacre de *Tlatelolco* no México, a Primavera de Praga e a Greve Geral na França, são exemplos de diferentes locais do mundo, no Brasil, pode-se elencar a Passeata dos Cem Mil, o Congresso da UNE etc. Em 1962, é lançado nos Estados Unidos o livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (2010), que viria a influenciar amplamente movimentos ambientalistas das décadas seguintes. A chamada “contracultura” elabora uma crítica do industrialismo e da tecnocracia (e. g. MARCUSE, [1964] 1967 e ROSZAK, [1968] 1972). Em 1968, é formado o Clube de Roma (CORAZZA, 2005) e quatro anos depois ocorre o primeiro encontro internacional da

---

2 Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o meio ambiente. É, então, na década de 1970, que acontece “o despertar da consciência ecológica no mundo” (VIOLA, 1986).

Em 1972, ocorre o primeiro evento que marcaria a criação do campo, conforme Nascimento (2012a). Trata-se da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na qual o PNUMA é criado, outro marco destacado pelo autor. A publicação tida como “âncora” da conferência (OLIVEIRA, 2012, p. 81) é chamada Relatório Meadows (MEADOWS et al.; 1973), publicado por um grupo do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), sob encomenda do Clube de Roma. Este último é formado por membros da burguesia industrial ocidental, ocupando posições de relevo como a presidência do comitê econômico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com ampla influência dentro da ONU. Posteriormente, ingressam ex-presidentes da América Latina e membros da nobreza europeia. O relatório apresenta estudo científico de grande envergadura, fazendo uso pioneiro de simulação em computador. O relatório vem para “repensar a conjuntura mundial a partir da ótica industrial dominante” (OLIVEIRA, 2012, p. 77). Postulava-se que

se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos [entre 1972 e 2072, portanto]. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontornável tanto da população quanto da capacidade industrial (MEADOWS et al.; 1973, p. 20).

Este entendimento levava o Clube de Roma a propor a “crescimento zero” da economia. No encontro, acentuaram-se as posições antagônicas dos países do Norte buscando frear o crescimento dos do Sul, que advogavam seu direito ao desenvolvimento (LOURENÇO et al., 2017). Oliveira (2012) entende que a proposta de crescimento zero constituía uma farsa, por contrariar os próprios fundamentos do capitalismo. Ainda assim, a institucionalização da questão ambiental no Brasil se dá a partir da década de 1970, sob forte influência dessa discussão internacional (MAIA, 2009).

Durante a década de 1970 e meados de 1980, diversas obras são escritas em diálogo com o Relatório Meadows. As primeiras críticas vieram a partir de um grupo inglês chamado *Science Policy Research Unit* (SPRU), de Sussex, e da Fundação Bariloche, então liderada por Amílcar Herrera, que viria a realizar pesquisas e propostas de desenvolvimento para a América Latina junto à Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) (FOLADORI; TOMMASINO, 2000). Estes viriam a constituir o posicionamento que Nascimento (2012a) denomina “corrente de Solow”, referência ao prêmio Nobel de economia em 1987, considerado pelo autor o maior expoente desta linha que defende a tecnologia como resposta para o problema ambiental. Ambos os grupos eram interdisciplinares, com pesquisadores em economia, engenharia, matemática, biologia e estatística. Os ingleses dão ênfase a três pontos: (1) maior importância a limites sociais e políticos do que físicos, com relação ao crescimento, (2) a pobreza é o grande problema que assola o mundo e os limites físicos do crescimento estão ainda distantes e (3) nega a recomendação de “crescimento zero” (FREEMAN, 1973). A aposta está em alterar qualitativamente o crescimento por meio do desenvolvimento tecnológico.

O trabalho da Fundação Bariloche propõe mudanças rumo a uma sociedade “basicamente socialista” (HERRERA et al., 1977, p.11), onde o crescimento econômico e o consumo material formem uma sociedade intrinsecamente compatível com o meio ambiente. Busca-se demonstrar que: (1) os recursos naturais e o meio ambiente não imporão limites físicos em um futuro previsível e que (2) a mudança proposta é possível em um prazo razoável para as sociedades mais pobres. Entendem que a catástrofe prevista pela equipe do MIT já era a realidade cotidiana para grande parte da humanidade e que corrigir esta situação deveria ser objetivo prioritário de qualquer visão prospectiva do mundo, além de que seria uma impossibilidade para os países subdesenvolvidos

progredirem copiando o passado dos países então desenvolvidos. A suposta impossibilidade de realização da sociedade proposta estaria ancorada no argumento dos limites físicos ao desenvolvimento, defendida desde posições dos países ricos. Como destaca Nascimento (2012a), estes agentes postulam que a trajetória do desenvolvimento econômico ocidental é positiva e pode gerar mais bem-estar para cada vez mais pessoas, apostando em inovações tecnológicas. Minimiza-se a ameaça ambiental, ainda que não negue sua existência e aposta nos mecanismos de mercado e alocação de recursos. “Sua ideologia é a do progresso, que se constrói na segunda metade do século XIX” (NASCIMENTO, 2012a, p. 432). Ocorre que até final dos anos 1980 esta corrente é minoritária, e a posição do Clube de Roma é a hegemônica.

Uma “virada de mesa” muda as correlações de poder em torno do conceito de Desenvolvimento Sustentável, através do Relatório *Brundtland* e da Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92 ou Rio-92), deixando de lado os termos do debate (NOBRE, 2002). De acordo com Sachs (1993), desde o relatório preparado para a Conferência de 1972 na cidade suíça de *Founex*, se tentou um caminho intermediário entre o pessimismo neomalthusiano e ao otimismo da fé na tecnologia, a partir de então sendo desenvolvido o conceito de *ecodesenvolvimento*, ressaltando que os problemas ambientais e de desenvolvimento são compatíveis e deveriam ter uma alternativa comum. “Maurice F. Strong, Diretor Executivo do PNUMA, lançou a ideia do *ecodesenvolvimento* no decorrer da primeira reunião do Conselho Administrativo desse Programa, realizada em Genebra, em junho de 1973” (SACHS, 1986, p. 177).

O conceito abarca cinco dimensões: a) Sustentabilidade social: diminuir a desigualdade entre pobres e ricos; b) sustentabilidade econômica: através de fluxo constante de investimentos públicos e privados, eficiência econômica avaliada em termos macrossociais; c) sustentabilidade ecológica: a ser alcançada através da intensificação do uso potencial de recursos diversos, limitação do uso de recursos não-renováveis, redução do volume de resíduos e poluição, autolimitação no consumo de materiais nos países ricos e em nível individual planetário, intensificar a pesquisa sobre tecnologias limpas e definir normas para uma proteção ambiental adequada. d) Sustentabilidade espacial: equilíbrio das populações rural e urbana e melhor distribuição das atividades e, por fim, e) sustentabilidade cultural: implicaria em assumir uma pluralidade de soluções de acordo com as especificidades locais (SACHS, 1993 e FOLADORI; TOMMASINO, 2000).

Em 1974, ocorre a Conferência de *Cocoyoc*, no qual o PNUMA e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento emitem uma declaração inspirada no conceito de *ecodesenvolvimento* (FOLADORI; TOMMASINO, 2000). Em 1983, no contexto do “consenso de Washington” (OLIVEIRA, 2012), vem a aprovação da Assembleia Geral das Nações Unidas da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) e a designação de Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid para a presidência e vice-presidência de uma comissão independente com três objetivos:

reexaminar as questões críticas relativas a meio ambiente e desenvolvimento, e formular respostas realísticas para abordá-las; propor novas formas de cooperação internacional nesse campo, de modo a orientar políticas e ações no sentido de mudanças necessárias; e dar a indivíduos, organizações voluntárias, empresas, institutos e governos uma compreensão maior desses problemas, incentivando-os a uma atuação mais firme. (CMMAD, 1991, p.4).

A partir do Relatório *Brundtland*, o termo *desenvolvimento sustentável* difunde-se como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Latouche (2009, p. 11) destaca a luta de classe em forma de diplomacia verbal na “batalha sobre palavras e ideias” que define a derrota do termo *ecodesenvolvimento* frente ao *lobby* industrial estado-unidense e à intervenção pessoal do diplomata norte-americano Henry Kissinger. Se a força política do conceito

de desenvolvimento sustentável está em ser genérico e inclusivo, isto também é sua fraqueza: “... uma percepção incompleta dos problemas da pobreza e da degradação ambiental e confusão sobre o papel do crescimento econômico e sobre os conceitos de sustentabilidade e participação” (LÉLÉ, 1991, p. 607, tradução livre).

Em 1989, era possível registrar trinta e sete diferentes acepções de desenvolvimento sustentável (PEZZEY *apud* Latouche, 2003). Precisamente isto produziu a “união” de desenvolvimentistas e ambientalistas, o que parecia impossível até então. Referentes difusos diluem posições antagônicas e esta convergência significou a institucionalização de uma problemática ambiental (NOBRE, 2002). A Rio-92 consagrou a hegemonia da dimensão econômica no debate em torno do Desenvolvimento Sustentável e da problemática ambiental (NOBRE, 2002, p. 92).

Dentre as declarações celebradas na Rio-92 está a “Convenção sobre a Mudança Climática”, na forma de uma recomendação, “sem compromisso algum”, de estabilizar as emissões de gás carbônico no ano 2000 aos níveis de 1990 (FOLADORI; TOMMASINO, 2000, p. 44, tradução livre). Vem daí a inspiração para o Protocolo de Quioto, de 1997, de incentivar “o intercâmbio de tecnologias alternativas que propiciem a diminuição da emissão de gases-estufa e o comércio de emissões entre os países membros” (RIBEIRO, 2002, p. 38) – não ratificado pelos EUA.

Ainda no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)<sup>3</sup> e seus relatórios são citados por Nascimento (2012a) como constitutivos do campo da sustentabilidade. É preciso, entretanto, considerar outras iniciativas tais que a “Convenção sobre a Biodiversidade” reconheceu a soberania de cada país sobre seu patrimônio biogenético (também não assinada pelos EUA); a “Declaração sobre os princípios sobre o manejo, a conservação e desenvolvimento sustentável de todos os bosques” com a intenção de frear o desmatamento (FOLADORI; TOMMASINO, 2000) e, por fim, a *Agenda 21*, um plano de ação para o próximo século, com financiamentos via Banco Mundial. A Rio-92 cristalizou a concentração nas questões econômicas e definiu a natureza como uma mercadoria de valor crescente. O Desenvolvimento Sustentável ganha o significado de um ajuste técnico na ordem vigente (OLIVEIRA, 2012), ainda que sofrendo boicotes de interesses contrários, representados sobretudo pelos Estados Unidos.

Na concepção de Nascimento (2012a), temos já as três representações de soluções às ameaças à humanidade que formam correntes e subcampos sob o controle hegemônico do Desenvolvimento Sustentável. Para sermos fiéis à representação de Nascimento (2012a, 2012b) é preciso complementar a posição do Clube de Roma com as ideias do Decrescimento – cujos autores centrais são Serge Latouche e Nicholas Georgescu-Roegen – configurando um subcampo cuja perspectiva define desenvolvimento como engodo e risco.

A corrente do decrescimento acredita que a ameaça é muito grave e premente. O locus de sua posição reside na sociedade civil, onde habitam os atores capazes de provocar a mudança do modelo de desenvolvimento imperante. Sua estratégia consiste na mudança da cultura, dos valores e do estilo de vida dos cidadãos e dos consumidores (NASCIMENTO, 2012, p.432).

Vejamos mais de perto as proposições em torno do Decrescimento, tarefa cuja necessidade o próprio Nascimento (2012a) aponta. Georgescu-Roegen, economista renomado e aluno de Schumpeter, escreve em 1971 (antes do Relatório Meadows, portanto) sua *magnum opus*, “*The Entropy Law and the Economic Process*” (1971), na qual elabora uma teoria econômica com base na segunda lei da termodinâmica, expondo a necessidade de inclusão dos recursos naturais na teoria sobre o processo econômico, estando a humanidade dependente destes recursos. Georgescu-Roegen

---

3 Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, criado em 1988 por iniciativa do PNUMA e da Organização Meteorológica Mundial para fornecer conhecimento sintetizado sobre as mudanças climáticas.

funda a chamada *bioeconomia*, ressaltando a importância da ecologia e da biosfera no processo econômico de maneira sistematizada pela primeira vez. A entropia mede a energia indisponível em um sistema, e a humanidade se distingue por acelerar o processo da degradação entrópica, pela extração de recursos naturais e deposição de lixo no ambiente (GOWDY; MESNER, 1998). Isto define o caráter moral da escolha e consumo de recursos naturais resultante da atividade humana. Georgescu-Roegen autorizou o uso do termo “decrecimento” na tradução francesa de suas obras sobre bioeconomia, “em suas obras de 1960-66 [...] já tinha adquirido uma consciência lúcida de que as prescrições válidas para as economias capitalistas poderiam ser devastadoras quando aplicadas, por exemplo, a economias camponesas” (BONAIUTI, 2016, p. 51). Nascimento (2012a, p. 431) atribui a paternidade do Decrecimento a Georgescu-Roegen. Vale lembrar que os ambientalistas descobriram a obra de Georgescu tardiamente, e ele próprio tinha apenas uma pálida percepção do ambientalismo (ERIS *apud* CECHIN, 2010).

A primeira fase das ideias do Decrecimento acontece na década de 1970, quando Fred Hirsch, Ivan Illich e André Gorz dialogam com o Relatório Meadows, em tom de crítica (KALLIS; DEMARIA; D’ALISA, 2016). Fred Hirsch dedica-se à análise das consequências do crescimento econômico sob uma sociedade capitalista, o que leva a um aumento percebido do custo do tempo das pessoas, de forma a mercantilizar o contato pessoal e a diversão – secundando os aspectos ambientais. Ivan Illich (1973) demonstra a desmesura das instituições burocráticas que as tornam prejudiciais para a sociedade, advoga a regulação social dos limites ao crescimento das instituições sociais – percebe os problemas ambientais como apenas um dentre outros desequilíbrios. Illich (1973) suspeita da elite organizada advogando contra o crescimento sem questionar as próprias bases da sociedade moderna, porque o resultado seria o empoderamento dos burocratas, justamente aqueles que otimizam o crescimento. Por fim, Gorz (1980) entende que a ecologia deve ser defendida como componente de uma revolução social, econômica e cultural. Não basta um capitalismo adaptado a restrições ecológicas: enquanto a civilização se basear em desigualdades, o crescimento sempre aparecerá para as massas como uma promessa e a limitação ao crescimento como uma condenação à eterna mediocridade. O Relatório Meadows é visto como índice de uma reorganização do capitalismo, Gorz (1980) prevê a guinada na direção de bens não-materiais, entendendo que a qualidade de vida acabará por tornar-se lucrativa – não haverá limites para tal crescimento.

O termo “decrecimento” foi utilizado pela primeira vez em 1972, por André Gorz. No início dos anos 2000, tomara forma sobretudo na França, mas também Itália e Espanha, o que Martínez-Alier et al. (2010) identificam como os três pilares do decrecimento: teórico (acadêmico), ativista e político. Em 2002, é tema central de uma conferência<sup>4</sup> na sede da UNESCO<sup>5</sup>, com 800 participantes, unindo ativistas com acadêmicos críticos do desenvolvimento, com destaque para Serge Latouche (LENA et al., 2009; KALLIS; DEMARIA; D’ALISA, 2016). Nascimento (2012a, p. 431) situa Latouche como “teórico mais conhecido entre nós no Brasil”, sua trajetória crítica ao *desenvolvimento* repercute as ideias do grupo antiutilitarista MAUSS<sup>6</sup>, de que fez parte. Já de início, “Desenvolvimento Sustentável” torna-se um oxímoro (LATOUCHE, 2003). O desenvolvimento – o crescimento, a técnica e a ciência – é um corolário da fé moderna no progresso. A economia se tornou uma nova religião, no sentido durkheimiano de “conjunto de crenças compartilhadas que ligam uma certa coletividade” (LATOUCHE, 2012, p. 3). Nas sociedades de crescimento, a maximização do PIB torna-se um valor moral, refletindo o culto religioso do valor encarnado (LATOUCHE, 2012). Se dimensão simbólica da realidade social cristaliza representações que mobilizam sentimentos, é necessária uma *descolonização do imaginário*, para tornar possível uma

---

4 Cujo título era “*Défaire le développement, refaire le monde*” (Desfazer o Desenvolvimento, Refazer o Mundo).

5 Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

6 Acrônimo francês de *Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales* (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais).

fuga do processo de *economização* das mentes, que é concomitante à mercantilização do mundo (LATOUCHE, 2016, p. 119). Trata-se de um processo ideológico que demanda reversão numa revolução cultural: desocidentalizar o mundo! (LATOUCHE, 1994). Para tanto, é necessário sair da sociedade do consumo e seu “emburrecimento cívico”, denunciando a publicidade – veículo de ideologia (LATOUCHE, 2016). Para Latouche (2009), chegar a uma sociedade de decrescimento passa por superar o capitalismo. As posições do Clube de Roma nunca questionaram o modo de produção e a distribuição social do poder em si mesmas, o que marca uma diferença profunda entre as posições. A ideia de que o Clube de Roma e o Decrescimento se afinam pelo mesmo diapasão parece enganosa.

Finalmente, ao definir as interpretações que formam as correntes e subcampos, Nascimento (2012a) simplifica em quatro posições distintas:

- a primeira afirmaria que a Terra estaria ela mesma ameaçada pelo aquecimento global de tornar-se um imenso deserto;
- a segunda que seria a vida na Terra e não ela própria que estaria sob ameaça;
- a terceira afirmaria que o gênero humano corre risco de extinção; e, finalmente
- a quarta posição afirmaria que a ameaça seria às condições de vida de grande parte da humanidade ou de sua grande maioria.

Não há detalhes sobre a origem destas alocações, além de uma afirmação de que “a forte maioria dos agentes do campo tendem a acreditar nas hipóteses três ou quatro” (NASCIMENTO, 2012a, p. 430), e dos comentários depreciativos com relação à primeira e à segunda posições, respectivamente, “não tem muita consistência lógica”, e “o desconhecimento científico é grande”. A esta altura parece conveniente lembrar o alerta de Stephen Hawking (BBC NEWS, 2017), ao comentar a retirada dos Estados Unidos do Acordo de Paris, de que o planeta Terra poderia tornar-se como Vênus, com uma temperatura de duzentos e cinquenta graus e chuva de ácido sulfúrico.

Como se percebe, a visão de Nascimento (2012a) não é imparcial. Ao apresentar o “campo da sustentabilidade”, o autor explica que “no fundo, trata-se de construir um **modelo de desenvolvimento** que permita conservar a natureza de forma que as futuras gerações possam gozar de um meio ambiente equilibrado e, ao mesmo tempo, garantir que todos os homens e mulheres possam usufruir de uma vida minimamente digna” (NASCIMENTO, 2012a, p.415, grifo nosso).

Fica patente a intenção de aplicar a ideia de campo “*no terreno do desenvolvimento sustentável*” (NASCIMENTO, 2012a, p. 415, grifo nosso). Ora, o Desenvolvimento Sustentável surge no debate de um campo já constituído a mais de uma década, numa clara posição de defesa do signo “sustentabilidade” e seu referente nas esferas ambiental, econômica e social. A designação apropriada a este campo não poderia ser extraída do léxico que sustenta um só posição, mas deve ser resultado de um esforço de imparcialidade em relação a todas as posições envolvidas. Será preciso encontrar uma palavra que refira o léxico do campo como um todo, e não seja forjada de dentro de uma posição. A referência à problemática mais geral parece ser uma estratégia adequada para nomear o campo, daí a proposta de nomeá-lo **campo da questão ambiental**. A nosso favor, Nobre e Amazonas (2002) designam como questão ambiental o objeto em discussão no Desenvolvimento Sustentável. Este passo é necessário para abrir de fato o leque de alternativas que já postularam uma posição no campo, e aderir maior inteligibilidade aos embates que ali ocorrem. Para Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012, p. 581)

O termo [sustentabilidade] surgiu e ganhou força como forma de promover uma ideologia materializada em ações modestas para dissuadir a opinião pública, evitando que a realidade se apresente como ela realmente é. A sustentabilidade é um termo contraditório por se

apresentar como uma verdade salvadora, como um mito salvador ante o apocalipse eminente.

Como veremos, trata-se de entender as posições em relação, o campo é uma luta de posições, o que demanda o cuidado de não hierarquizá-las de antemão. É preciso desmontar a enunciação ideológica, para que possamos entendê-la como tal, ainda que esta represente a hegemonia social e econômica, e que, portanto, possa ocupar posição central no campo. Não é difícil perceber que o preço de uma escolha equivocada é o silêncio das vozes subalternas ou emergentes, porque as âncoras semânticas podem se tornar uma armadilha cognitiva (TENBRUNSSSEL et al., 2004), comprometendo o potencial analítico da própria noção de campo. A vigilância, nesse caso, deve ser constante. Portanto, nossa proposta se apresenta já submetida ao crivo da vigilância epistemológica, e será validada na exata medida em que oferece ganhos de inteligibilidade à análise do campo, que propomos desenvolver.

#### 4. O Antropoceno no campo da questão ambiental

Há um conjunto de publicações científicas que propõe a ideia do “Antropoceno” - que tem ainda caráter informal (STEFFEN et al., 2011). O debate teve seu início no ano 2000 quando o vencedor do Prêmio Nobel de química Paul Crutzen e o professor de biologia da Universidade de Michigan Eugene Stoermer propuseram que a incidência humana sobre seu ambiente levava a modificações tão grandes que faria sentido dizer que vivemos a época do “Antropoceno” (CRUTZEN; STOERMER, 2000). Esta proposição chama a atenção para o desafio ambiental que se coloca para a humanidade (SMITH; ZEDER, 2013, p.1) e vem ganhando força nas ciências naturais e sociais (BASKIN, 2015). O final do século XIX<sup>7</sup> marcaria o início da nova era, com o aumento de concentração de gases de efeito estufa e da invenção da máquina a vapor, e a saída de um paradigma – de baixo crescimento populacional, intervenção predominantemente agrícola no ambiente e uso de energia por queima de matéria vegetal e força humana – para outro – caracterizado pelo crescimento urbano e industrialização abastecida por combustíveis fósseis (CRUTZEN; STOERMER, 2000; ZALAZIEWICZ et al., 2015, p.198). A urbanização cresceu dez vezes no último século. Em algumas gerações, a humanidade está exaurindo os combustíveis fósseis que levaram milhões de anos para serem gerados. A geração de SO<sub>2</sub> na atmosfera, pela queima de carvão e petróleo, é ao menos duas vezes maior do que a soma de todas as emissões naturais (CRUTZEN; STOERMER, 2000, p. 17). Steffen et al. (2011) salientam ainda as alterações em outros ecossistemas que fornecem “serviços que sustentam a vida humana (e outras) e poderiam levar a uma ‘crise na biosfera’” (STEFFEN et al., 2011, p.843, tradução livre<sup>8</sup>) como os ciclos do nitrogênio e fósforo, os ciclos hídricos e a sexta extinção em massa de espécies.

O período do pós-Guerra é descrito na literatura como A Grande Aceleração, com a população mundial dobrando de três para seis bilhões em cinquenta anos e a atividade econômica aumentando para mais de quinze vezes o seu tamanho (STEFFEN; CRUTZEN; MCNEIL, 2007). Este processo leva aos limites dos chamados “limites planetários seguros” (*planetary boundaries*) (ROCKSTRÖM et al., 2009), cujo reconhecimento internacional marcaria a terceira fase do Antropoceno, após a Revolução Industrial e a Grande Aceleração (STEFFEN; CRUTZEN; MCNEIL, 2007). “Esse conceito discute os limites operacionais seguros para a humanidade em relação a questões críticas decorrentes da ocupação humana na Terra” (ARTAXO, 2014, p. 17).

---

7 Há, no entanto, um debate em torno da Comissão Internacional de Estratigrafia (ICS, na sigla em inglês) sobre o início do Antropoceno, com duas outras alternativas, nomeadamente: uma cética e uma proponente do início coincidir com o advento da agricultura (BASKIN, 2015; MOORE, 2017).

8 Services that support human (and other) life, and could eventually lead to a ‘crisis on the biosphere’.

As proponentes do Antropoceno são virtualmente unânimes em afirmar que “precisamos de um sistema de governança global para superar estes desafios” (ARTAXO, 2014, p.22), e que a “administração efetiva planetária deve ser alcançada rapidamente” (STEFFEN et al., 2011b, p.757, tradução livre<sup>9</sup>). Baskin (2015) evidencia que o Antropoceno muda radicalmente as bases filosóficas, epistemológicas e ontológicas sobre as quais a ciência está assentada, enquanto sua evidência empírica é apresentada sob suposições fortemente embebidas de valores, o que em sua opinião torna o Antropoceno mais do que um conceito científico – o torna uma maneira particular de entender o mundo e um guia normativo para ação. Argumenta ainda que o Antropoceno normaliza determinada porção da humanidade como “a humanidade” no Antropoceno; recoloca o ser humano na natureza apenas para elevá-lo novamente acima dela; utilizando da razão instrumental promove um uso largamente acrítico da tecnologia e legitima abordagens não democráticas e tecnofílicas, incluindo aquelas da geoengenharia (e.g. VIOLA; BASSO, 2016). Há, entre proponentes do Antropoceno, aquelas(es) que propõem a criação de um mundo melhor através da gestão global da natureza, outras(os) que se “devolva” a Terra ao Holoceno, no entanto todas(os) abarcam uma visão gerencialista e tecnofílica de pós-natureza (BASKIN, 2015).

Como ressalta Moore (2017), as proponentes do Antropoceno colocam como razão da mudança de era geológica dada pelo carvão e o vapor não a *classe*, mas o *anthropos* – a humanidade como um todo indiferenciável – apagando desigualdades, racismo, mercantilização, patriarcado, imperialismo e muito mais. Para este autor,

isto é negar uma história mais longa do capitalismo que começa na era de Colombo. O apagar das origens do início da modernidade do capitalismo, e sua reforma extraordinária das naturezas globais muito antes do motor a vapor, é portanto significativa em nosso trabalho para desenvolver uma política radical efetiva acerca do aquecimento global... e muito mais do que apenas o aquecimento global! (MOORE, 2017, p. 3, tradução livre<sup>10</sup>)

O autor prossegue explicando que o Antropoceno também está assentado na divisão Natureza-Homem, o que dificulta sua articulação ao reconhecer “a Humanidade” como força geológica. Caracteriza as visões como neomalthusianas por tratar a população como uma variável independente, vê a agência da Humanidade baseada em complexos tecnológicos e de recursos em vez de relações interpenetradas de poder, tecnologia e capital e tende a remover a escassez destes problemas, jogando-a na esfera da “Natureza”. Diz que “tal qual a globalização na década de 1990, [o Antropoceno] veio a significar todas as coisas (diferentes coisas) para todas as pessoas” (MOORE, 2017, p. 5, tradução livre<sup>11</sup>). O Antropoceno, para Baskin (2015), reforça a ordem dominante ao: (1) normalizar o consumidor afluente como o todo da humanidade, (2) elevar e sacralizar esta humanidade em específico e (3) sua capacidade de legitimar um amplo aspecto de medidas altamente perigosas na biosfera e práticas estatais profundamente autoritárias.

Pode-se afirmar, assim que a plataforma do Antropoceno busca promover a noção de que há uma ameaça à humanidade em tom catastrofista e neomalthusiano, similarmente ao Clube de Roma. Propõe, ainda, solucioná-la através de uma gestão globalizada do “sistema-mundo”, por dentro do capitalismo, sob regulações estatais, tal qual o Desenvolvimento Sustentável. Visa a construir uma narrativa da ação humana no planeta em termos geológicos, indiferenciando os diferentes grupos e normalizando o modo de vida ocidental como representante de toda humanidade. Defende, portanto, uma via centralizadora e tecnofílica, ressaltando um senso de urgência para a tomada de ação.

---

9 Effective planetary stewardship must be achieved quickly.

10 a longer history of capitalism that begins in the era of Columbus. The erasure of capitalism’s early-modern origins, and its extraordinary reshaping of global natures long before the steam engine, is therefore significant in our work to develop an effective radical politics around global warming ... and far more than global warming alone!

11 Like globalization in the 1990s, it has come to mean all things to all people.

**Quadro 1: O campo da questão ambiental**

<b>Plataforma</b>	<b>Proponentes</b>	<b>Caracterização do Problema</b>	<b>Soluções Propostas</b>
Crescimento Zero	Clube de Roma	Eminência de colapso social por exaustão de recursos físicos ou poluição. Visão neomalthusiana.	Crescimento zero sem questionar o capitalismo.
Otimismo Tecnológico	Grupo de Sussex, Fundação Bariloche, Solow (entre outros)	Má distribuição da riqueza. Limites ambientais como problema menor.	Desenvolvimento tecnológico. Crescimento econômico. Redistribuição da riqueza.
Desenvolvimento Sustentável	CMMAD/ONU; grandes instituições como o Banco Mundial	Eminência de esgotamento dos recursos naturais. Má distribuição da riqueza.	Regulamentações governamentais sobre a atividade econômica. Desenvolvimento tecnológico. Crescimento Econômico. Redistribuição da riqueza dentro do capitalismo.
Decrescimento	Acadêmicos e ativistas principalmente ocidentais	Processo econômico como entrópico. Desutilidade do crescimento econômico. Heteronomia. Eminência de um Leviatã global. Eminência de um colapso social. Má distribuição da riqueza e do poder.	Reduzir o metabolismo social (decrecer). Reestruturação convivial da sociedade/revolução cultural. Localismo. Controle social sobre a tecnologia e a economia.
Antropoceno	Acadêmicos das ciências naturais e sociais	Limites planetários da biosfera sendo superados pela atividade humana (Eminência de colapso geofísico).	Gestão globalizada do "sistema mundo" de forma tecnocrática. Mitigação tecnofílica de efeitos dentro do capitalismo.

*Fonte: elaboração própria*

## 5. Discussão

Primeiramente, é importante reconhecer que as caracterizações feitas no presente artigo são ainda insuficientes para que se tenha uma visão clara de todo o campo da questão ambiental. Isto porque não abarca todas as plataformas – por exemplo, o “negacionismo climático” poderia ser incluído –, nem dialoga com muitas das classificações possíveis como os ambientalismo de Martínez-Alier (2016). Ainda assim, foi possível reconfigurar o campo de forma a estabelecer uma relação mais inteligível da dinâmica das relações com a substituição da “sustentabilidade” pela “questão ambiental”. Em segundo lugar, a partir de uma discussão do campo discursivo é possível visualizá-lo e, assim, ter um quadro de referência para situar adequadamente a proposição de Antropoceno. Grande parte da literatura de organizações que trata da questão ambiental a vê a partir da sustentabilidade, isto é, tendo por base os pressupostos do Desenvolvimento Sustentável. O maior expoente teórico nas análises vem de Elkington (2012), em seu livro originalmente publicado na década de 1990 que propõe o tripé social, econômico e ambiental a ser utilizado na gestão das empresas, conhecido como *Triple Bottom Line* (algo como “triplo lucro” ou “triplo resultado final”), havendo além do resultado econômico (lucro/prejuízo), os “resultados” social e ambiental a serem avaliados em pé de igualdade. A discussão gira em torno de demonstrar formas de “alinhar os princípios da sustentabilidade e a estratégia organizacional” (OLIVEIRA et al., 2012, p. 75), propor abordagens que integrem os pilares social e ambiental na gestão (MUNK, 2015), não apenas em empresas, mas também na gestão social (MAGALHÃES et al., 2006) e na Economia Solidária (RIBEIRO; MÜYLLER, 2014), por exemplo. O Desenvolvimento Sustentável, através dos pilares social, ambiental e econômico, é visto como uma espécie de aditivo capaz de “endireitar” as práticas de qualquer organização produtiva, tornando-a sensível a questões sociais e ambientais.

Tal abordagem não foi capaz de encaminhar as sociedades nas quais esteve presente para a solução dos problemas ambientais. No entanto, as ações estavam em concordância com os pressupostos de sua base teórica, o Desenvolvimento Sustentável, e contribuíram, isto sim, para diminuir o impacto ambiental que o acréscimo marginal de atividade econômica causa, “contudo, apesar das reduções na intensidade energética [de cada unidade...], as economias crescem, e o que ocorre é o aumento [agregado] do uso de energia e materiais” (CECHIN, 2012, p. 357). Se o Antropoceno viesse a ser a plataforma hegemônica, possivelmente teríamos uma situação na qual os limites planetários seriam controlados dentro de limiares aceitáveis, contando com a boa vontade de acreditar que efeitos colaterais desastrosos de medidas de geoengenharia não viriam a ocorrer ou, ainda, com a tolerância diante da perda de vida em algumas regiões. Porém, também se deve esperar por corolários de práticas organizacionais que levem a uma maior hierarquização, concentração de poder, tecnocracia: em suma, aquilo que Ivan Illich (1973) chamou de “fascismo gerencial”.

Ao fazer as pessoas questionarem o crescimento industrial sem questionar as próprias bases da sociedade moderna, faria com que proovessem mais poder aos burocratas que otimizam o crescimento. Como afirmou Illich (1973), já há algumas décadas, a humanidade

viveria em uma bolha de plástico que protegeria sua sobrevivência e a tornaria crescentemente sem valor. Uma vez que a tolerância humana seria o mais sério limite ao crescimento, a tarefa do alquimista seria renovada para tentar fazer um tipo monstruoso de homem adaptado a viver sob os sonhos da razão. Uma grande função da engenharia viria a ser a utilização psicogenética do próprio homem como uma condição para mais crescimento. As pessoas seriam confinadas do nascimento à morte à uma escola-casa global, tratadas em um hospital global, cercadas de telas de televisão, e o ambiente criado pelo homem seria distinguível apenas em nome de uma prisão global (ILLICH, 1973, p.101, tradução livre<sup>12</sup>).

---

12 Man would live in a plastic bubble that would protect his survival and make it increasingly worthless. Since man's tolerance would become the most serious limitation to growth, the alchemist's endeavor would be renewed in the attempt to produce a monstrous type of man fit to live among reason's dreams. A major function of engineering

Pensar os Estudos Organizacionais no Antropoceno parece melhor do que pensá-los em um mundo inabitável. Mas está bem longe de algum horizonte de emancipação, ainda que apenas ideal.

## Referências

ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno? **Revista USP**, n. 103, p. 13-24, 2014.

BASKIN, J. Paradigm dressed as epoch: the ideology of the Anthropocene. **Environmental Values**, v. 24, n. 1, p. 9-29, 2015.

BBC NEWS. **Hawking says Trump's climate stance could damage Earth**. 2017. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/science-environment-40461726>>. Acesso em: 18 maio 2018.

BONAIUTI, M. Verbete 2: Bioeconomia. In: D'ALISA, G; DEMARIA, F; KALLIS, G (Orgs.). **Decrescimento: Vocabulário Para um Novo Mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 49-52.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papyrus Editora, 2008. Disponível em: <[https://docs.google.com/file/d/0B4UG\\_F2QeFUIRI9DZlVwQ2otMGM/edit](https://docs.google.com/file/d/0B4UG_F2QeFUIRI9DZlVwQ2otMGM/edit)>. Acesso em 23 fev. 2018.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. The Purpose of Reflexive Sociology (The Chicago Workshop). In: BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. **An Invitation to Reflexive Sociology**. Chicago: Chicago University Press, 1992. p. 61-216.

CARSON, R. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CECHIN, A. Georgescu-Roegen e o Desenvolvimento Sustentável: Diálogo ou Anátema? In: In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, v. 1, p. 349-370.

CECHIN, A. Anexo I. In: **A Natureza Como Limite da Economia: a Contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora Senac São Paulo/ Edusp, 2010. p. 223-243.

CHARAUDEAU, P. MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004. 258p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430 p.

CORAZZA, RI. Tecnologia e meio ambiente no debate sobre os limites do crescimento: notas à luz de contribuições selecionadas de Georgescu-Roegen. **Revista Economia**, v. 1, 2005.

---

would become the psychogenetic tooling of man himself as a condition for further growth. People would be confined from birth to death in a world-wide school-house, treated in a world-wide hospital, surrounded by television screens, and the man-made environment would be distinguishable in name only from a world-wide prison.

- CRUTZEN, PJ; STOERMER, EF. The “Anthropocene”. In: IGBP Newsletter, 41. 2000. Disponível em  
<<http://www.igbp.net/download/18.316f18321323470177580001401/1376383088452/NL41.pdf>>  
visualizado em 7 de setembro de 2016.
- ELKINGTON, J. Canibais com Garfo e Faca: O livro do conceito: Triple Bottom Line Profit - Planet - People. São Paulo: M. Books, 2012
- FOLADORI, G; TOMMASINO, H. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 1, 2000.
- FREEMAN, C. Malthus with a computer. **Futures**, v. 5, n. 1, p. 5-13, 1973.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the Economic Process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- GORZ, A. **Ecology as Politics**. Boston: South End Press, 1980.
- GOWDY, J; MESNER, S. The Evolution of Georgescu-Roegen's Bioeconomics. **Review of Social Economy** v. 56 n. 2, p. 136-156. 1998
- HERRERA, AO, SCOLNIK, HD, CHICHILNISKY, G, GALLOPIN, GC, HARDOY, JE. **Catástrofe o nueva sociedad: modelo mundial latinoamericano**. Ottawa: CIID, 1977.
- HIRSCH, F. **Limites Sociais do Crescimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- ILLICH, I. **Tools For Conviviality**. Nova York: Harper & Row Publishers, 1973.
- KALLIS, G; DEMARIA, F; D’ALISA, G. Introdução: Decrescimento. In: D’ALISA, G; DEMARIA, F; KALLIS, G (Orgs.). **Decrescimento: Vocabulário Para um Novo Mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 21-42.
- LATOUCHE, S. **Ocidentalização do mundo**. Petrópolis, Vozes: 1994.
- LATOUCHE, S. Verbete 16: Descolonização do Imaginário. In: D’ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (Org.). **Decrescimento: Vocabulário Para um Novo Mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 119-123.
- LATOUCHE, S. O Decrescimento e o Sagrado. Cadernos **IHU Ideias**, São Leopoldo, n. 168, ano 10, 31 maio 2012. Disponível em:  
<<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/168cadernosihuideias.pdf>> Acesso em 31 jan. 2018.
- LATOUCHE, S. **Farewell to Growth**. Cambridge: Polity Press, 2009. 124 p. Tradução de: David Macey. Título Original: Petit traité de la décroissance sereine.
- LATOUCHE, S. À bas le développement durable! Vive la décroissance conviviale!. **Objectif décroissance**, M. Bernard et al. éds., Paris Parangon, p. 19-26, 2003. Disponível em:  
<<http://www.decroissance.org/index.php?chemin=textes/latouche>>. Acesso em 24 jan. 2018.

LÉLÉ, SM. Sustainable Development: A Critical Review. **World Development**, Vol. 19, No. 6, 607-621, 1991

LLENA, C et al. **Desfazer o desenvolvimento para refazer o mundo**. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2009. 192 p. Trad. José Maria de Almeida.

LOURENÇO, AV et al (Org.). Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia. In: SOGLIO, Fábio del; KUBO, Rumi Regina (Org.). **Desenvolvimento, Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2017. Cap. 2. p. 47-68. (Ensino, Aprendizagem e Tecnologias). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/167245>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

MAGALHÃES, OAV. et al. (Re)Definindo a Sustentabilidade no Complexo Contexto da Gestão Social: Reflexões a Partir de Duas Práticas Sociais. **Cadernos EBAPE.br**, [s. L.], v. 4, n. 2, p.1-17, jun. 2006.

MAIA, CM. Percepções Que Permeiam O Conceito De Agricultura Familiar E A Cronologia Da Luta Pela Sustentabilidade: Panorama Nacional E Internacional. In: SOGLIO, F. E Kubo, R. R. **Agricultura e Sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Verbete 3: Correntes do Ambientalismo. In: D'ALISA, Giacomo; DEMARIA, Federico; KALLIS, Giorgos (Org.). **Decrescimento: Vocabulário Para um Novo Mundo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 53-57.

MARTÍNEZ-ALIER, J et al. Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. **Ecological economics**, v. 69, n. 9, p. 1741-1747, 2010. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.04.017>

MEADOWS, DH; MEADOWS, DL; RANDERS, J; BEHRENS III, WW. **Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973

MOORE, JW. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. **The Journal Of Peasant Studies**, [s.l.], v. 44, n. 3, p.594-630, 17 mar. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2016.1235036>.

MUNCK, L. Gestão da Sustentabilidade em Contexto Organizacional: Integrando Sensemaking, Narrativas e Processo Decisório Estratégico. **Organizações & Sociedade**, [s.l.], v.22, n.75, p.521-538, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9230753>.

NASCIMENTO, EP. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LÉNA, P; NASCIMENTO, EP (Org.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. 1ed. Rio de Janeiro: Garamond, p. 415-433, 2012a.

NASCIMENTO, EP. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados (USP)**, 26(74), p. 51-64, 2012b.

NOBRE, Marcos. O Desenvolvimento Sustentável no Contexto Pós-Rio-92: Tendências Atuais. In: NOBRE, M; AMAZONAS, MC. **Desenvolvimento Sustentável: a Institucionalização de um Conceito**. Brasília: IBAMA, 2002

NOBRE, M; AMAZONAS, MC. **Desenvolvimento Sustentável: a Institucionalização de um Conceito**. Brasília: IBAMA, 2002

OLIVEIRA, LR et al. Sustentabilidade: da evolução dos conceitos à implementação como estratégia nas organizações. **Production**, [s.l.], v. 22, n. 1, p.70-82, 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-65132011005000062>.

OLIVEIRA, LD. Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: Das Profecias do Apocalipse Ambiental ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”. **Continentes: Revista de Geografia da UFRRJ**, Rio de Janeiro, v. 1, p.72-96, jul. 2012. Semestral. Disponível em: <<http://www.revistacontinentes.com.br/continentes/index.php/continentes/article/download/2/1#page=80>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

OLIVEIRA, LGL; OLIVEIRA, DM; COSTA, FJC. A Gestão Ambiental nos Cursos de Administração: Uma Análise da Perspectiva dos Professores. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 3, n. 2, p. 205-218, mai./ago. 2010.

RIBEIRO, SD; MÜYLLER, CF. Economia Solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 21, n. 71, p.581-614, out./dez. 2014.

RIBEIRO, Wagner Costa. O Brasil e a Rio+10. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 15, p.37-44, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/viewFile/47295/51031>>. Acesso em: 2 jan. 2018.

ROCKSTRÖM, J et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and society**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em <<https://www.consecol.org/vol14/iss2/art32/main.html>> Acesso em: 5 jan. 2018.

ROSZAK, T. **A Contracultura**: Reflexões sobre a sociedade tecnocrática e a oposição juvenil. Petrópolis: Vozes, 1972.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento**: Crescer Sem Destruir. São Paulo: Vértice, 1986. 208 p. Tradução de: Eneida Araújo.

SACHS, I. Estratégias de Transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, Marcelo (Org.). **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993. p. 29-56. Disponível em: <[http://www.ppg-casa.ufam.edu.br/pdf/Marcel\\_Bursztynl\\_1993.pdf#page=25](http://www.ppg-casa.ufam.edu.br/pdf/Marcel_Bursztynl_1993.pdf#page=25)>. Acesso em: 29 dez. 2017.

SMITH, BD; ZEDER, MA. The onset of the Anthropocene. **Anthropocene**, 2013.

STEFFEN, W; CRUTZEN, PJ.; MCNEILL, JR. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature. **Ambio: A Journal of the Human Environment**, [s.l.], v. 36, n. 8, p.614-621, dez. 2007. Royal Swedish Academy of Sciences. [http://dx.doi.org/10.1579/0044-7447\(2007\)36\[614:taahno\]2.0.co;2](http://dx.doi.org/10.1579/0044-7447(2007)36[614:taahno]2.0.co;2).

STEFFEN, W; GRINEVALD, J; CRUTZEN, P; MCNEIL, J. The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Phil. Trans. R. Soc. A*, 369, 842–867, 2011. DOI:10.1098/rsta.2010.0327.

STEFFEN, W et al. The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship. **Ambio**, [s.l.], v. 40, n. 7, p.739-761, 12 out. 2011b. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1007/s13280-011-0185-x>.

TEODÓSIO, AS; DANA, S; ASSAD, MMN; DA SILVA, RO. Produção de Conhecimento sobre Ética nos Negócios e Gestão do Meio Ambiente: Uma Análise de Teses e Dissertações de Administração. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 9 n°. 2, p. 159-177, 2008.

TENBRUNSEL, AE; GALVIN, TL; NEALE, MA; BAZERMAN, MH. Cognições em Organizações. In: CLEGG, SR; HARD, C; NORD, WR. **Handbook de Estudos Organizacionais**. (Volume 3). São Paulo: Atlas, 2004.

VIOLA, Eduardo José. O Movimento Ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. L.], v. 1/3, p.05-26, 1986. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_03/rbcs03\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm)>. Acesso em: 27 dez. 2017.

VIOLA, Eduardo; BASSO, Larissa. O SISTEMA INTERNACIONAL NO ANTROPOCENO. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 31, n. 92, p.01-18, 29 ago. 2016. ANPOCS. <http://dx.doi.org/10.17666/319201/2016>.

VIZEU, F; MENEGHETTI, FK; SEIFERT, RE. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos Ebape.br**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.569-583, set. 2012.

ZALASIEWICZ, J. et al. When did the Anthropocene begin? A mid-twentieth century boundary level is stratigraphically optimal. *Quaternary International* 383. p.196-203, 2015.